



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UACC
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EAPM**

Jackson Beserra de Lima

Silmara Bruna de Oliveira

**GOVERNO ABERTO: UM LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO NA BIBLIOTECA
DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD)**

**SOUSA
2023**

L732g

Lima, Jackson Beserra de.

Governo aberto: um levantamento bibliométrico na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) / Jackson Beserra de Lima, Silmara Bruna de Oliveira. – Sousa, 2023.

20 f. : il. color.

Artigo (Especialização em Administração Pública Municipal) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. Alexandre Wállace Ramos Pereira".

Referências.

1. Administração Pública. 2. Governo Eletrônico. 3. Lei de Acesso à Informação. 4. Transparência Pública. I. Oliveira, Silmara Bruna de. II. Pereira, Alexandre Wállace Ramos. III. Título.

CDU 35(043)

Jackson Beserra de Lima
Silmara Bruna de Oliveira

**GOVERNO ABERTO: UM LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO NA BIBLIOTECA
DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis
(UACC) da Universidade Federal de Campina
Grande (UFCG), Campus de Sousa, Paraíba,
como requisito para obtenção de título de
especialistas em Administração Pública
Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Wállice
Ramos Pereira.

SOUSA
2023

RESUMO:

O governo aberto é um conceito que se refere à transparência, participação e colaboração entre o governo e os cidadãos. É um modelo de governança que visa fortalecer a democracia e melhorar a eficiência do governo, permitindo maior envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões e no monitoramento das ações governativas. Neste sentido, o presente artigo teve por objetivo apresentar uma análise de trabalhos sobre o tema Governo Aberto na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para tanto, fez-se uso de uma metodologia descritiva e bibliográfica, com elementos de bibliometria. Utilizou-se de algumas variáveis para a análise dos trabalhos identificados, tais como: Instituição envolvidas e mais produtivas; Programa; Área de Conhecimento; Metodologia aplicada e/ou abordagem do estudo; Ano de produção e quantidade; Gênero dos autores; Palavras Chaves; Níveis de pós-graduação que desenvolvem as pesquisas (mestrado ou doutorado) e Proposições para trabalhos futuros. Os resultados demonstraram que foram produzidos 19 trabalhos entre teses e dissertações nos anos de 2012 a 2021. Os resultados dessa pesquisa também podem ser relevantes para atrair a atenção dos gestores governamentais. Ao demonstrar a importância do governo aberto e seu impacto na eficiência das políticas públicas, os gestores podem ser incentivados a adotar práticas de transparência, participação e colaboração em suas estratégias de governança. Isso pode levar ao desenvolvimento de políticas públicas mais informadas, responsáveis e alinhadas com as necessidades e expectativas dos cidadãos.

Palavras-chave: Transparência. Lei de Acesso à Informação. Governo eletrônico.

1. INTRODUÇÃO

O acesso à informação passou a ser considerado um direito humano básico para garantir o livre fluxo de informações e conhecimento, condição básica para a democracia, e o combate à corrupção. No Brasil, a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) avança no processo de garantia desse direito humano básico ao ter como objetivo informar o cidadão sobre a forma como nossos recursos públicos são administrados pelos gestores. Soma-se a isso, o desenvolvimento e a utilização cada vez mais presente no cotidiano das pessoas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), permitindo que o cidadão tenha maior facilidade, conforto e comodidade no acesso e utilização de serviços privados e governamentais, bem como o conhecimento da forma como os recursos advindos dos impostos são aplicados.

Nesse contexto, termos como governo eletrônico (e-Gov), prestação de contas e responsabilidade (no inglês, *accountability*), transparência e governo aberto, por exemplo, representam direcionamentos à governança pública brasileira. Dentre esses termos, a construção de um governo aberto (*open government*) e configura como um dos pilares desse contexto. Desta forma, o problema de pesquisa é compreender qual o perfil das produções científicas (Teses e Dissertações) sobre Governo Aberto dispostas na BDTD? Com isso, esse

trabalho propõe a investigar os artigos publicados sobre Governo Aberto mapeando o que se vem pesquisando nesta área. Foi analisada a produção científica disponível na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), relacionada com as palavras-chave: Governo aberto, *open government*. Como questão de pesquisa, tem-se: .

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 Governo Aberto (*Open Government*)

A definição de governo aberto segundo o portal gov.br (2022) resume-se em quatro princípios que buscam promover projetos pautados em uma nova visão da administração pública, são eles, a Transparência, Prestação de Contas e Responsabilização (*Accountability*), Participação Cidadã, Tecnologia e Inovação. Logo, um governo é considerado aberto se sua gestão, ações, projetos e programas configuram esses quatro princípios.

De acordo com Da Silva e Hahn (2020), em setembro de 2011, o Brasil cria um elo de liderança por meio da Declaração sobre Governo Aberto (DGA), assumindo o compromisso de aumentar a disponibilidade de informações sobre atividades governamentais e de interesse da sociedade. Sobre a iniciativa da parceria para o Governo Aberto:

A importância política dada pela administração Obama nos Estados Unidos permitiu a criação da Parceria para o Governo Aberto (OGP). A iniciativa envolveu diversos países, na busca por assegurar que os países parceiros desenvolvessem compromissos e ações concretas em torno da transparência, da abertura governamental, do combate à corrupção e da promoção do uso responsável das novas tecnologias para o interesse comum. (AVELINO; POMPEU; FONSECA, p.18, 2021)

Com os avanços ocorridos na melhoria do acesso as informações públicas, permitiu a criação entre países da *Open Government Partnership* (OGP) - Parceria para Governo Aberto (2011), e segundo a OGP para um governo ser considerado aberto, ele deve buscar alcançar quatro objetivos, que são: Aumentar a disponibilidade de informações sobre atividades governamentais; Apoiar a participação social; Implementar os padrões mais altos de integridade profissional na Administração; Ampliar o acesso a novas tecnologias para fins de abertura e prestação de contas. A proposta é que as entidades governamentais assumam compromissos de transparência em relação aos dados públicos.

De acordo com Cruz-Rubio (2015) o governo aberto é um paradigma relacional que se corresponde com um modelo de democracia mais agregativo, que busca dar prioridade à representatividade e aos processos, e cuja orientação é a de criar um governo mais acessível,

transparente e receptivo. Sobre o propósito estratégico do governo aberto podemos afirmar que:

Está em uma administração que esteja em constante conversa com os cidadãos a fim de entender as necessidades e unir os atores em busca do bem comum. A decisão coletiva tem como foco atender a pluralidade de idéias que existem em uma determinada região. (OLIVERIO, p. 3, 2011).

A busca por conceitos de governo aberto nos leva à relação do Estado com o cidadão e à capacidade do cidadão de fiscalizar, participar e cooperar com as decisões do Estado. Um governo que se comunica ativamente com sua população pode tomar decisões mais assertivas e criar políticas públicas direcionadas para as principais necessidades dos cidadãos.

2.2 Transparência pública e governança pública

A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios norteadores para a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais estão intimamente relacionados à natureza da transparência e razoabilidade dos atos administrativos dentro de sua função pública, que é servir à população (BRASIL, 1988).

Esses princípios configuram-se como instrumentos importantes de controle social do cidadão na gestão pública democrática, favorecendo o acompanhamento das ações da Administração Pública e transformando-se em ferramentas de transparência pública.

Na busca por melhores técnicas e métodos de gerir a administração pública, tem-se incorporado conceitos e práticas das organizações privadas, como a Governança Corporativa, que pode ser sintetizada da seguinte forma:

De maneira bastante genérica, a Governança Corporativa pode ser descrita como os mecanismos ou princípios que governam o processo decisório dentro de uma empresa. Governança Corporativa é um conjunto de regras que visam minimizar os problemas de agência (MARQUES, p.13, 2007).

A governança está intrinsecamente ligada à aquisição de poder em consonância com a melhor maneira de distribuí-lo dentro de uma organização, seja ela uma empresa ou uma agência do setor público. Dependendo do contexto, esses conceitos podem ser referidos como governança corporativa ou governança da gestão pública. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2023), a governança está intimamente relacionada à obrigação de prestar contas, que pode ser considerada um dos seus princípios fundamentais.

Os princípios aplicados na governança pública não diferem muito dos adotados na Governança Corporativa. A distinção fundamental reside no fato de que, na Governança

Pública, os gestores são responsáveis por administrar bens que pertencem à sociedade, e essa administração deve ser pautada por um alto grau de comprometimento, responsabilidade, transparência, ética, razoabilidade e senso de justiça (PEREIRA, 2010).

A transparência pública ocorre mediante a disponibilização de informação e meios de fiscalização para a população. O governo deve informar aos cidadãos como os recursos públicos estão sendo empregados em prol do bem comum, através de informações completas, seguras e transparentes, tornando-se essencial para uma boa governança (ALVES, 2011; MARQUES, 2007). São essenciais as ferramentas de divulgação de dados e informações públicas a fim de atender de forma mais eficiente a crescente demanda e as obrigações de transparência para um efetivo controle público.

2.3 Lei de Acesso à Informação e Portal da Transparência

Atualmente, a publicação das informações governamentais é pautada na legalidade da LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e a transparência na divulgação das atividades, contribuindo para aumentar a eficiência do poder público, diminuir a corrupção e elevar a participação social, configurando-se em um direito do cidadão e um dever do Estado.

A LAI determina que o acesso à informação é a regra, enquanto que o sigilo é a exceção, sendo as hipóteses de sigilo limitadas e legalmente estabelecidas; o requerente não precisa informar o motivo por que deseja a informação, sendo fornecidas de forma gratuita, salvo custo de reprodução, proativa e no interesse coletivo e geral, através de procedimentos e prazos que facilitam o acesso à informação (BRASIL, 2023).

De acordo com Pereira (2010), a transparência na aplicação e prestação de contas é um dos pilares fundamentais de uma República democrática. Reflete o dever e a responsabilidade de prestar contas de seus atos aos cidadãos de maneira voluntária. No entanto, a questão central reside na forma como essas informações são transmitidas à população, uma vez que a mera divulgação das informações não garante necessariamente a transparência, pois se necessita que a divulgação seja ampla, clara e de fácil acesso.

Nesse contexto, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), criado pela LAI é responsável pela busca e fornecimento de informações sobre os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo, e os Portais de Transparência, implementados pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2004, representam uma plataforma de acesso aberto na qual os cidadãos podem obter informações sobre a utilização dos recursos públicos, bem como se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil. Desde sua criação, essa ferramenta

tem sido aprimorada com a adição de novos recursos, ampliação da oferta de dados ano após ano e consolidação como um importante instrumento de controle social, recebendo reconhecimento tanto nacional quanto internacional.

Mesmo com ferramentas tão necessária e útil, por não existir mecanismos mais rigorosos que obriguem a divulgação de informações, governos podem suspender de forma irresponsável a divulgação e acesso a dados, semelhante ao ocorrido durante a pandemia do COVID-19 em 2021, na qual os dados sobre vítimas infectadas pelo vírus deixaram de ser divulgados pelo Governo Federal. O que enaltece a necessidade de fiscalização dos dados publicados também por órgãos de controle.

2.4 Accountability

O termo *Accountability*, surge da necessidade de atender a demanda de informações mais claras para a população, ainda não possui uma tradução direta para o português. Como um conceito abrangente aplicável a qualquer entidade, pode ser compreendida através de definições elaboradas por diversos organismos internacionais. Uma dessas definições é apresentada pelo *International Federation of Accountants (IFAC)* (2001). Segundo o IFAC, a *accountability* é o processo pelo qual as entidades do setor público e os indivíduos que as compõem são responsáveis por suas decisões e ações, abrangendo não apenas a forma como tais decisões são tomadas, mas também a prestação de contas pelos resultados e impactos dessas ações.

Em concordância, a *Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)* (2008) define a *accountability* como o ato de responsabilizar alguém, sendo utilizado como sinônimo do dever de prestação de contas, a obrigação de responder por algo. Essa perspectiva tem como objetivo aprimorar a capacidade das pessoas mais vulneráveis na sociedade de expressarem suas necessidades e demandas, e terem acesso de forma clara e objetiva à informações essenciais à sua participação como sujeito ativo do controle social na governança pública.

A Constituição Federal (1988), nos artigos 34 e 35 faz referência a *accountability* como um princípio constitucional de observação obrigatória a todos os entes federativos (LENZA, 2011; MORAES, 2011), explicitando tal obrigatoriedade na devida prestação de contas pelos entes federados:

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: (...) VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: (...) d) prestação de contas da administração pública, direta e

indireta. Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: (...) II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei; (BRASIL, 2011)

O estudo da *accountability* no setor público está intrinsecamente relacionado, de forma abrangente, à compreensão das informações relevantes necessárias para a tomada de decisões. Além disso, um governo democrático deve ser sujeito a mecanismos de fiscalização, visando garantir a integridade, o desempenho e a representatividade.

2.5 Governo eletrônico

De acordo com o Portal gov.br (2023) o Programa Nacional de Governo Eletrônico do Brasil surgiu em 3 de abril de 2000 quando, por Decreto Presidencial, foi criado um grupo de trabalho interministerial para revisar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas às novas formas de interação eletrônica. O programa de governo eletrônico tem como objetivo transformar o relacionamento entre governo e cidadãos, empresas e órgãos governamentais, a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados; facilitar a interação com empresas e indústria; fortalecer o engajamento cívico. No Brasil, a política de governo eletrônico segue um conjunto de diretrizes que atuam em três vertentes fundamentais: com o cidadão; melhorando a gestão interna; e integrando com parceiros e fornecedores.

Sobre as contribuições a sociedade advindas com a implementação do e-Gov:

A participação da população no processo decisório do governo e a oportunidade dada pelo e-Gov em tornar o governo mais transparente, sob o ponto de vista do controle social, ao tornar disponível, aos cidadãos, informações sobre as ações e gastos do governo, fazem parte do conjunto de novas relações entre o governo e a sociedade que o e-gov tem o potencial de proporcionar. (DIAS, p. 38, 2006)

Cabe ressaltar que quando mencionamos sobre governo eletrônico, fala-se sobre a evolução tecnológica de suas ferramentas e processos organizacionais, que foi possível através das TIC's, estes que trouxeram uma nova óptica em relação a ferramentas para o aperfeiçoamento do sistema. De acordo com Oliverio (2011) O Governo Eletrônico não pretende transformar a relação entre o cidadão e o governo em termos de participação e cooperação. É um local onde o governo oferece diversos serviços administrativos, muitas vezes voltados para a arrecadação de impostos.

De acordo com Saldanha e Silva (2019), a governança eletrônica ou digital, refere-se a como a internet pode melhorar a capacidade do Estado de gerenciar e formular suas políticas, e é definida como o uso de tecnologias inovadoras de informação e comunicação, como a

internet, pelo setor público para oferecer aos cidadãos serviços de qualidade, informações confiáveis e mais conhecimento com o objetivo de facilitar e estimular sua participação.

De modo geral, o conceito de governo eletrônico (também chamado de *e-Government*) é aceito como vinculado à prestação de serviços públicos eletronicamente, ou seja, com o uso de recursos de tecnologia da informação, tendo como foco principal a transparência sobre os gastos e ações do governo.

De acordo com Bernades *et al.* (2015) em contrapartida ao desenvolvimento dessas políticas, foram feitas alterações na legislação brasileira, entre as quais vale destacar: Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101 de 2000), alterada mais tarde pela Lei Complementar no 131/2009), a qual tornou obrigatória a prestação de contas na internet; e leis de iniciativa popular ao Congresso Nacional, como a Lei da Ficha Limpa (LFL) (Lei Complementar no 135, de 4 de junho de 2010). Outros avanços obtidos com o advento da governança eletrônica e digital são, o melhor acesso às informações públicas, transparência, otimização dos serviços e racionalização dos gastos públicos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, descritiva, documental, com abordagem quantitativa utilizando-se elementos de bibliometria. A bibliometria é um conjunto de procedimentos de pesquisa da área das Ciências da Informação que usa a análise quantitativa de dados, para analisar o arcabouço de uma área e/ou tema científico (LEITE FILHO, 2008)

Desse modo, utilizou-se a BDTD como base de dados. Os critérios de elegibilidade e exclusão dos estudos seguiram os parâmetros de busca avançada a partir de dois termos de tópicos ou palavras-chave, em língua portuguesa e inglesa, filtrando-se os trabalhos publicados sem a especificação de período de tempo. O Quadro 1 apresenta o resumo dos critérios utilizados na busca.

Quadro 1: Critérios de busca utilizados na BDTD

Critérios	Descrição
Pesquisa avançada	Permite formar e combinar resultados diversos
Termos de busca	Governo aberto e <i>Open government</i>
Título	Restringe a busca por termos presentes no título

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Procedeu-se a filtragem dos estudos por título e leitura do tipo *scanning*, identificando aqueles direcionados ao escopo desta pesquisa. Na sequência, cumpriu-se a implementação da leitura *skimming* (DE SORDI, 2013) e o fichamento das informações relevantes, etapas que proporcionam a redução do conjunto de trabalhos para um número reduzido de O resultado dessa fase está explicitado na seção seguinte.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados levam em consideração o levantamento feito com base nas dissertações e teses encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) sobre o tema *Governo aberto* e *Open government* onde a busca utilizada recuperou 19 documentos, sendo estes 15 publicações contendo no título o termo Governo aberto e 4 publicações contendo *Open government*.

Nesta análise, foram dispostos os seguintes variáveis: Instituição envolvidas e mais produtivas; Programa; Área de Conhecimento; Metodologia aplicada e/ou abordagem do estudo; Ano de produção e quantidade; Gênero dos autores; Palavras Chaves; Níveis de pós-graduação que desenvolvem as pesquisas (mestrado ou doutorado) e Proposições para trabalhos futuros. Nas seções seguintes são abordadas cada uma dessas variáveis.

4.1 Instituições envolvidas sobre o tema

A Tabela 1 apresenta a relação da quantidade de trabalhos provenientes de diversas instituições por regiões brasileiras. Das 19 instituições identificadas, destaca-se a UFSC com três pesquisas, sendo duas Teses e uma Dissertação. No tocante a produção por região, constata-se que a região Sul e Sudeste representa mais da metade do total de trabalhos publicados conforme demonstrado na figura 1.

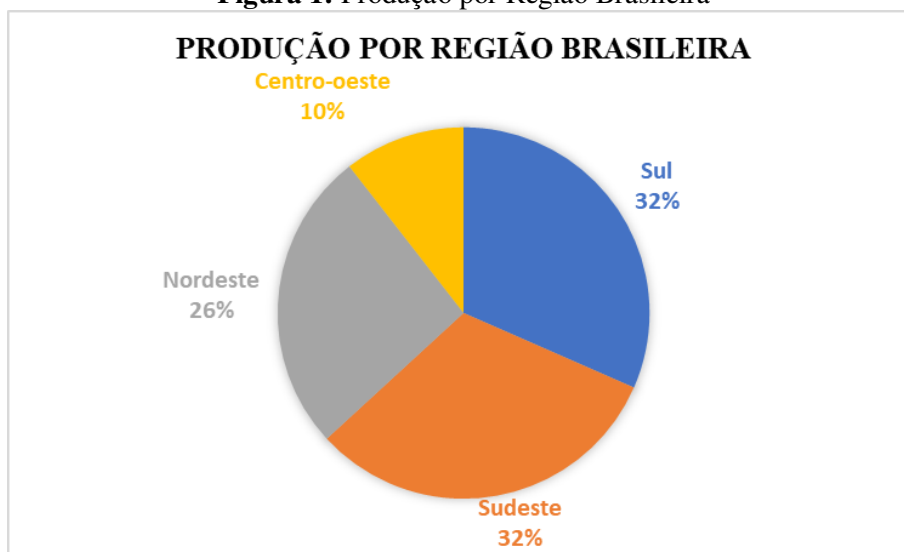
Tabela 1: Instituições com produções sobre a temática

Região	Instituições	Sigla	N. trabalhos
Sudeste	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	2
	Universidade Estadual Paulista	UNESP	1
	Fundação João Pinheiro	FJP	1
	Universidade Metodista de São Paulo	METODISTA	1
	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	1
Sul	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	3
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	1
	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUC-RS	1
	<i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</i>	UFRGS	1
Nordeste	Universidade Estadual do Ceará	UECE	2
	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	1
	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	1
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	1
Centro-oeste	Universidade de Brasília	UNB	1
	<i>Universidade Católica de Brasília</i>	UCB	1
Total			19

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A Figura 1 ilustra a distribuição da produção por região brasileira.

Figura 1: Produção por Região Brasileira



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A próxima subseção descreve os resultados por programas de pós-graduação identificados.

4.2 Programa de pós-graduação

A respeito dos programas cujos trabalhos estão vinculados, a Tabela 2 apresenta o detalhamento dos dados colhidos. Observa-se que o programa de Pós-graduação em Administração, Administração Pública e Administração Pública em Rede Nacional têm o maior número de produções.

Tabela 2: Programa de pós-graduação

Programa de Pós-graduação	N. de trabalhos
Programa de pós-graduação em Administração	3
Programa de pós-graduação em Administração Pública em Rede Nacional	3
Programa de Mestrado em Administração Pública	3
Programa de pós-graduação em Sistemas e Computação	2
Programa Strictu Sensu em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação	2
Programa de pós-graduação em Ciências da Computação	2
Programa de pós-graduação em Educação	1
Programa de pós-graduação em Educação	1
Programa de pós-graduação em Comunicação	1
Programa de pós-graduação em Informática Aplicada	1
Total	19

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Observam-se ainda alguns outros programas vinculados a áreas distintas do conhecimento, tais como informática, comunicação e educação.

4.3 Área do conhecimento

Na análise sobre as áreas de conhecimento, conforme Tabela 3, constata-se que as áreas de administração e administração pública possuem um maior número de pesquisas sobre o tema.

Tabela 3: Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Área	N. de trabalhos
CNPQ: Ciências Sociais aplicadas: Administração Pública	Administração Pública	5
Ciências Sociais Aplicadas: Administração	Administração	4
CNPQ: Ciências Humanas : Educação	Educação	3
Ciência Política: Estado e Governo	Política	2
Ciências Exatas da Terra: Ciência da Computação	Ciência da Computação	2
CNPQ: Ciências Exatas da Terra: Ciência da Computação: Sistemas da Computação	Ciência da Computação	2
CNPQ: Ciências Humanas	Ciências Humanas	1
Total		19

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

4.4 Metodologia aplicada e/ou abordagem do estudo

A análise também avaliou metodologia utilizada ou abordagem da pesquisa, sendo classificadas em qualitativa, quantitativa, quali-quantitativa ou não deixa explícito. A Tabela 4 traz os dados levantados.

Tabela 4: Metodologia aplicada/abordagem do estudo

Metodologia	Quantidade de trabalhos
Qualitativa	14
Quantitativa	2
Quali-quantitativa	2
Não deixa explícito	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Dos trabalhos analisados, um deles não trouxe explicitamente a metodologia utilizada, porém a leitura atenta demonstrou que a pesquisa foi realizada sob uma abordagem qualitativa.

4.5 Ano de produção e gênero dos autores

A quinta análise feita foi para averiguar a quantidade de trabalhos por ano. Observou-se que os 19 trabalhos identificados estavam num intervalo entre o ano de 2012 ao ano de 2021 (Tabela 5)

Tabela 5: Número de publicações por ano

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Governo aberto	2	-	1	-	5	2	1	2	2	-	15
Open government	-	-	-	-	-	2	-	1	-	1	4

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Observa-se, que no período de 2016 a 2017 houve tendência de crescimento sobre o tema. E que nos anos de 2013 e 2015 não foram encontradas publicações sobre o assunto. No que diz respeito ao quantitativo de trabalhos produzidos por gêneros, o resultado foi que os do gênero masculino produziram mais sobre a temática, totalizando 13 trabalhos, enquanto as mulheres produziram 6.

4.6 Palavras chaves e modalidades de trabalhos

A Figura 1 apresenta 73 palavras chaves citadas nas teses e dissertações. A palavra-chave mais relevante é naturalmente Governo aberto.

Figura 1: Palavras-chave



Fonte: Dados da pesquisa, feito por *wordcloud*, 2023.

É possível observar na Figura 1 que muitas palavras-chave relevantes são relativas a transparência dos processos de avaliação do governo, tais como: Transparência; Dados abertos; Governo Eletrônico; Participação Social; *Accountability*; e *Open Government Data*.

Por fim, dos trabalhos que compuseram a pesquisa, apenas 4 são teses de doutorado e 15 são dissertações de mestrado

4.7 Proposições de trabalhos futuros

As sugestões de pesquisas em sua maioria estão ligadas ao tema de governo aberto, o que era previsto já que foi o tema pesquisado na plataforma BDTD, ao falar-se sobre governo aberto, estamos proferindo de um conjunto de princípios e ações que visam a transparência, o acesso à informação, ao incentivo à participação social, a prestação de contas, à luta contra a corrupção, a incorporação da inovação e da tecnologia na gestão pública, estes são alguns dos assuntos que foram propostos nos artigos, e que podem ser observados na tabela 6 abaixo:

Tabela 6: Proposições de trabalhos futuros

Autores e Universidade	Tema	Proposições
Sérvulu Mário de Paiva Lacerda UFPB	Governo aberto, transparência e governo eletrônico nas câmaras municipais paraibanas: um estudo multicaso	“A análise dos outros tipos de interação que não foram consideradas neste trabalho. Segundo, avaliar, de forma mais específica, o funcionamento dos instrumentos de participação e colaboração, pois só foi averiguada a possibilidade de essas ferramentas existirem no portal governamental. Terceiro e último, avaliar o nível de habilidade de cidadãos em nível local, para a utilização de serviços de governo eletrônico que são ofertados nos portais governamentais.”
Marcio Araujo Oliverio METODISTA	Governo aberto: transparência, colaboração e participação na comunidade entre governo e cidadão.	“Estudos podem aprofundar ainda mais a temática ao verificar se existe algum tipo de interferência burocrática para adoção de uma política mais eficiente de governo aberto, se é necessário alterar leis que impedem ou dificultam o fornecimento de informações aos cidadãos. Se existe a necessidade de adaptação das estruturas internas de TI e nos departamentos e agências do governo também. No <i>backoffice</i> , se há necessidade de integração e a capacitação de funcionários para utilização de uma plataforma única em diferentes setores do governo.”
Daniel José Silva Oliveira UFMG	Governo aberto: análise de políticas públicas sob os princípios de transparência, participação e colaboração.	“É preciso que novos estudos procurem analisar os impactos das iniciativas de governo aberto na cultura dos agentes públicos envolvidos nas políticas públicas setoriais em governo locais.”
José Antonio de Carvalho Freitas UCB	Contribuições ao ecossistema de dados abertos do governo federal com enfoque	“Novas pesquisas no ecossistema e nas diversas dimensões e aspectos devem promover debate sobre as possibilidades de estratégias novas para as soluções cívicas, incluindo <i>gamefication</i> e modelos de negócio específicos. Outro ponto

	em tecnologias cívicas.	interessante é o envolvimento dos aplicativos cívicos com o processo tradicional de aquisição de <i>software</i> , complementando o uso já percebido com o processo de engajamento cívico. Também não se pode deixar de lado novas abordagens de compreensão da dimensão dos infomediários, que se mostra como peça chave no ecossistema, capaz de disparar o real potencial dos dados abertos no concurso de soluções de problemas sociais.
Maura Paraíso Wanderley UFPE	Um estudo de caso sobre iniciativas de inovação aberta no âmbito do governo federal.	“No entanto, deve-se destacar que a metodologia utilizada para realizar a análise deste estudo de caso, que identifica dimensões de análise, unidades de análise a serem estudadas, apresenta um relato descritivo de cada unidade, e por fim um Relatório do Estudo com base nas dimensões de análise, é uma contribuição da pesquisa que poderá ser utilizada para o desenvolvimento de novos estudos futuros.”
Nathalie Gabrielle Jun Matsumoto Röder UTFPR	Governo eletrônico e aberto: acesso à informação e participação digital em instituições federais de ensino superior (ifes)	“Como sugestão de estudos futuros relacionados ao governo eletrônico, ressalta-se o m-government, ou mobile government, que visa facilitar a comunicação e acesso a serviços em uma plataforma móvel com alerta por mensagem no celular, e a prática de prestar serviços remotos aos usuários.”
Jean Philippe Granja Cançado UNB	A parceria para governo aberto (ogp) e a participação social na prevenção e no combate à corrupção: transparência e controle social como elementos fundamentais	“orienta-se a realização de estudos envolvendo participação e controle social e prevenção e combate à corrupção em outras iniciativas da CGU ou mesmo em outras instituições públicas, produzindo insumos e conhecimentos sobre essas temáticas em outras pastas e contextos.”
Daniel Teófilo Vasconcelos UECE	Análise de contas públicas utilizando dados abertos governamentais: um estudo de caso no governo do estado do ceará	“Como trabalhos futuros podemos apontar a criação e desenvolvimento de novas análises para os dados utilizados neste trabalho. Por exemplo verificar com que frequência determinados órgãos utilizam recursos em funções que não são de sua área fim. Analisar e explorar essas informações numa granularidade menor. Neste trabalho utilizamos o ano como granularidade padrão. Trabalhos futuros podem utilizar a granularidade em dias. Outro problema a ser investigado é o cruzamento dos gastos com as receitas. Mitigando as receitas oriundas de impostos e os repasses do Governo Federal. Por fim, pode-se explorar os contratos firmados pelo Governo do Estado do Ceará num cruzamento com as informações das licitações objetivando assim o conhecimento se existe fraude, ou não, nos processos licitatórios. No que tange às técnicas utilizadas, vislumbramos como trabalho futuro a aplicação de técnicas de análises mais sofisticadas, tais como: mineração de dados, aprendizagem de máquina, etc, no sentido compreender o modelo do uso dos recursos públicos e permitir, além das análises dos dados históricos, a criação de modelos preditivos para detecção de fraudes e problemas no uso dos recursos.”

<p>Narallynne Maciel de Araújo UFRN</p>	<p>Dados abertos do governo brasileiro: entendendo perspectivas de fornecedores de dados e desenvolvedores de aplicações ao cidadão</p>	<p>“Se faz necessário que mais pesquisas sejam realizadas nessas últimas áreas, uma vez que as aplicações voltadas a melhoria da participação cidadã e da democracia, são movidas por questões inteiramente sociais, psicológicas (quanto as motivações) e que envolvem questões de usabilidade. Dessa forma, uma que foram identificadas visões diferentes entre fornecedores e desenvolvedores ante as suas motivações e perante a forma que ambos as veem como usuários finais, alguns questionamentos foram elucidados quanto as distancias (pontes) entre esses atores perante a cadeia de valor do ecossistema de DAG’s ou se as suas funções nesse ecossistema podem interferir de alguma forma nessas divergências.”</p>
<p>José Francisco Salm Júnior UFSC</p>	<p>Padrão de projeto de ontologias para inclusão de referências do novo serviço público em plataformas de governo aberto</p>	<p>“Para trabalhos futuros, se sugere a criação de uma ontologia ou mesmo ODP que considere uma ou mais dessas referências. Essas referências iriam não só contribuir com projeto de Governo Aberto, mas projetos de Governo Eletrônico do tipo G2G (Government to Government), em que sistemas de conhecimento usados internamente aos órgãos públicos apoiariam a gestão, já reforçando as referências e boas práticas do Novo Serviço Público.”</p>
<p>Joel Alves de Lima Júnior UFRPE</p>	<p>Aspectos motivacionais em plataformas de <i>open government</i>: um olhar sob as perspectivas do utilizador e do desenvolvedor</p>	<p>“Identificar os principais aspectos que engajam os cidadãos na utilização de plataformas de governo aberto; Identificar os principais aspectos que engajam os cidadãos no desenvolvimento de plataformas de governo aberto; Identificar os aspectos que desmotivam os cidadãos a utilizarem ou desenvolverem plataformas de governo aberto; Propor uma taxonomia que defina o que são, de fato, as plataformas tecnológicas de governo aberto; Realizar um estudo para descrever as principais funcionalidades existentes nas plataformas de Governo aberto; Identificar os componentes de colaboração nas plataformas de governo aberto, norteado pelas dimensões do modelo i3C de colaboração; Validar o modelo multidimensional de motivação de voluntário, proposto para os cidadãos que utilizam ou desenvolvem plataformas de governo aberto.</p>
<p>Rodrigo Borges Correia UFSC</p>	<p>Transparência ativa e open government data: uma proposta para a abertura de dados na polícia federal</p>	<p>“A pesquisa demonstrou a importância de se fazer uma catalogação prévia da natureza dos dados que cada base possui, pois descobrir se essas informações são ou não passíveis de serem publicadas é o principal obstáculo apontado pelos servidores da Polícia Federal, para dar maior transparência às ações do órgão.”</p>
<p>Welles Matias de Abreu UNB</p>	<p>Destravando a porta governamental para a sociedade: como o orçamento aberto se relaciona com desenvolvimento social?</p>	<p>“A contribuição geral neste campo é concluir sobre os efeitos do orçamento aberto, partes interessadas colaborativas externas e recursos orçamentários em desenvolvimento social. Há um avanço na determinação de como medir o orçamento aberto e a partes interessadas colaborativas, bem como na identificação de orçamento aberto, partes interessadas colaborativas e recursos orçamentários devem explicar desenvolvimento.”</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A iniciativa de Governo Aberto é uma nova perspectiva da Administração Pública que coloca o cidadão como prioridade para as políticas públicas. Logo, entender melhor como funciona, avaliar cada um desses princípios, suas limitações e aspectos contundentes, faz-se necessário para que se possa aprimorar cada vez mais a gestão pública, além de fortalecer a democracia.

5. CONCLUSÕES

O conceito de governo aberto tem recebido crescente atenção e interesse em todo o mundo nos últimos anos. Muitos governos, organizações da sociedade civil e acadêmicos têm se envolvido em estudos, debates e implementação de iniciativas relacionadas ao governo aberto. Isto ficou evidenciado na quantidade de teses e dissertações encontrados, de maneira bastante uniforme em todos os anos analisados na pesquisa.

A Instituição de Ensino Superior com o maior número de publicações foi a Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, sendo as regiões sul e sudeste brasileiro em evidência em relação ao tema tratado.

Quanto as palavras-chave mais relevantes destaca-se as que são relativas a transparência dos processos de avaliação do governo: Transparência; Dados abertos; Governo Eletrônico; Participação Social; *Accountability*; e *Open Government Data*. Tal fato leva ao direcionamento das áreas temáticas que foram mais publicadas pelos autores, sendo elas as áreas de administração e administração pública, por estas estarem mais envolvidas com o tema em si.

A pesquisa mencionada pode, de fato, contribuir para a ampliação da produção científica em temas relacionados ao governo aberto. Ao revisar o referencial teórico da investigação bibliográfica, os pesquisadores podem identificar lacunas existentes na literatura e encontrar áreas com potencial para estudos adicionais.

Os resultados dessa pesquisa também podem ser relevantes para atrair a atenção dos gestores governamentais. Ao demonstrar a importância do governo aberto e seu impacto na eficiência das políticas públicas, os gestores podem ser incentivados a adotar práticas de transparência, participação e colaboração em suas estratégias de governança. Isso pode levar ao desenvolvimento de políticas públicas mais informadas, responsáveis e alinhadas com as necessidades e expectativas dos cidadãos.

É importante ressaltar que a pesquisa acadêmica e a produção científica desempenham um papel fundamental na geração de conhecimento e no aprimoramento das práticas governamentais. Ao investigar temas como o governo aberto, os pesquisadores podem

contribuir para a compreensão dos desafios e benefícios dessa abordagem, fornecendo insights valiosos para a formulação de políticas e a implementação de iniciativas eficazes.

No entanto, é necessário que os resultados da pesquisa sejam comunicados de maneira acessível e relevante para os gestores e tomadores de decisão, a fim de que eles possam considerá-los de forma adequada no desenvolvimento de políticas públicas. A colaboração entre pesquisadores, gestores e outros atores interessados pode ser fundamental para traduzir os resultados da pesquisa em ações concretas e promover uma governança mais aberta e participativa.

REFERÊNCIAS

ABREU, W. M. DE. Unlocking the government door to society: how does open budgeting relate to social development? **repositorio.unb.br**, 15 dez. 2017.

ALEMANDRO, G.; FILHO, L. Padrões de Produtividade de Autores em Periódicos e Congressos na Área de Contabilidade no Brasil: um Estudo Bibliométrico Patterns of Productivity of Brazilian Authors in Accounting Magazines and Congress: a Study Bibliometric. v. 12, n. 2, p. 533–554, 2008.

ALVES, J. Aspectos motivacionais em plataformas de open government: um olhar sob as perspectivas do utilizador e do desenvolvedor. **Ufrpe.br**, 2017.

ARAÚJO, Narallyne Maciel de. **Dados abertos do governo brasileiro: entendendo as perspectivas de fornecedores de dados e desenvolvedores de aplicações ao cidadão**. 2017. 135f. Dissertação (Mestrado em Sistemas e Computação) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

AVELINO, Daniel Pitangueira de; POMPEU, João Cláudio Basso; FONSECA, Igor Ferraz da. **Democracia digital: mapeamento de experiências em dados abertos, governo digital e ouvidorias públicas**. 2021.

BERNARDES, M. B.; SANTOS, P. M.; ROVER, A. J. Ranking das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 3, p. 761–792, jun. 2015.

BORGES, C., Rodrigo. Transparência ativa e Open Government Data: uma proposta para a abertura de dados na Polícia Federal. 2021.

CANÇADO, J. P. G. A Parceria para Governo Aberto (OGP) e a participação social na prevenção e no combate à corrupção: transparência e controle social como elementos fundamentais. **repositorio.unb.br**, 28 fev. 2020.

CRISTÓVAM, J. S. DA S.; HAHN, T. M. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ORIENTADA POR DADOS: GOVERNO ABERTO E INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS ABERTOS. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, v. 6, n. 1, p. 1–24, 19 ago. 2020.

CRUZ-RUBIO, César Nicandro. O que é (e o que não é) governo aberto? Uma discussão conceitual. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 10, n. 1, p. 129-148, 2015.

DE SORDI, J. O. **Elaboração de pesquisa científica: seleção, leitura e redação**. 1. Ed, São Paulo: Saraiva, 2013.

Do Eletrônico ao Digital - **Governo Digital** Disponível em: <www.gov.br> Acesso em: 22 de maio de 2023.

DIAS, Cláudia Augusto. Governo eletrônico: proposta de método de avaliação. **Revista do TCU**, n. 107, p. 37-47, 2006.

FRANCISCO, S. J., José. Padrão de projeto de ontologias para inclusão de referências do novo serviço público em plataformas de governo aberto. 2012.

FREITAS, J. A. DE C. Contribuições ao ecossistema de dados abertos do governo federal com enfoque em tecnologias cívicas [Dissertação]. **repositorio.cgu.gov.br**, 2016.

GABRIELLE, N. Governo eletrônico e aberto: acesso à informação e participação digital em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Utfpr.edu.br**, 2019.

GUIA DA POLÍTICA DE GOVERNANÇA PÚBLICA. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2018/12/governo-federal-lanca-guia-sobre-a-politica?de-governanca-publica/guia-politica-governanca-publica.pdf>>. Acesso em: 04 jul.2023.

LACERDA, S. M. DE P. **Governo aberto, transparência e governo eletrônico nas câmaras municipais paraibanas: um estudo multicaso**. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

OLIVEIRA, D. J. S. Governo aberto: análise de políticas públicas sob os princípios de transparência, participação e colaboração. **repositorio.ufmg.br**, 18 fev. 2020.

OLIVERIO, M. A. GOVERNO ABERTO: TRANSPARÊNCIA, COLABORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA COMUNICAÇÃO ENTRE GOVERNO E CIDADÃO. **tede.metodista.br**, 19 abr. 2012.

SALDANHA, Douglas Morgan Fullin; SILVA, MARCELA BARBOSA DA. Transparência e accountability de algoritmos governamentais: o caso do sistema eletrônico de votação brasileiro. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, p. 697-712, 2020.

VASCONCELOS, Daniel Teófilo. **Análise de Contas Públicas utilizando Dados Abertos Governamentais: Um Estudo de Caso no Governo do Estado do Ceará**. 2016.

WANDERLEY, Maura Paraiso. **Um Estudo De Caso Sobre Iniciativas De Inovação**